DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS
"Verba Volant, Escripta Manet"

Id:167C26E0975EEA5C

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHA DO PIAUÍ
CNPJ: 07.450.778/0001 - 41
Adm.: *Compromisso com o povo*
Rua dos Três Poderes, 240, Centro. CEP: 64.655-000 Alagoinha do Piauí.
Fone: (89) 3442-1124 E-mail: prefeituraapi@gmail.com

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO

CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2021.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 061/2021

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO OBJETO A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES, POR MOTIVO DE EXPIRAÇÃO DA VIGÊNCIA DO PRAZO DO CONTRATO, REFERENTE À "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS NA ATIVIDADE PRIVATIVA DA ADVOCACIA, EXECUTANDO OS SERVIÇOS DE CONSULTORIA JURÍDICA E ASSESSORAMENTO JURÍDICO DO MUNICÍPIO EM CAUSAS DE RELEVÂNCIA E MATÉRIAS JURÍDICO-ADMINISTRATIVAS COMPLEXAS; INCLUINDO NESSES CASOS, CONSULTORIA IN LOCO NO MUNICÍPIO; ACOMPANHAMENTO E ASSESSORAMENTO JURÍDICO JUNTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, FEDERAL E DO TRABALHO; ACOMPANHAMENTO E ATUAÇÃO NAS AÇÕES JUDICIAIS DO MUNICÍPIO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ E TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO, COM A REALIZAÇÃO DE SUSTENTAÇÕES ORAIS E DESENVOLVIMENTO DE TESES JURÍDICAS ESPECÍFICAS E INÉDITAS; ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DE RECUPERAÇÃO DE RECURSOS EM PERDAS FINANCEIRAS POR PAGAMENTOS EM PRECATÓRIOS, NO ÂMBITO DAS PRESIDÊNCIAS DOS TRIBUNAIS DE 2ª INSTÂNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL E JUSTIÇA ESPECIALIZADA DO TRABALHO; ACOMPANHAMENTO E ATUAÇÃO NAS AÇÕES JUDICIAIS DO MUNICÍPIO EM 1º E 2º INSTÂNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL, COM A REALIZAÇÃO DE SUSTENTAÇÕES ORAIS E O DESENVOLVIMENTO DE TESES JURÍDICAS ESPECÍFICAS E INÉDITAS; ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DE RECUPERAÇÃO DE RECURSOS EM PERDAS FINANCEIRAS POR PAGAMENTOS EM PRECATÓRIOS, NO ÂMBITO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE 2ª INSTÂNCIA DA JUSTIÇA COMUM FEDERAL; CONSULTORIA JURÍDICA NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE LEIS RELEVANTES E DE RECONHECIDA SINGULARIDADE; ASSESSORAMENTO JURÍDICO DO MUNICÍPIO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO E TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO; ASSESSORAMENTO JURÍDICO DO MUNICÍPIO JUNTO À RECEITA FEDERAL DO BRASIL; ASSESSORAMENTO JURÍDICO EM ÓRGÃOS E REPARTIÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS E ESTADUAIS, COM SEDE EM TERESINA E BRASÍLIA; ASSESSORAMENTO JURÍDICO JUNTO AOS ÓRGÃOS E REPARTIÇÕES PÚBLICAS EM QUE O MUNICÍPIO ESTÁ INADIMPLENTE; OUTRAS ÁREAS E TEMAS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE RECONHECIDA SINGULARIDADE".

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALAGOINHA DO PIAUÍ/PI
CONTRATADA: ALMEIDA & ALENCAR ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ nº 22.439.402/0001-20.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: POR INTERESSE DAS PARTES, NO RESGUARDO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E NOS DEMAIS PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO, MANTIDA IMPRETERIVELMENTE A OBTENÇÃO DE PREÇOS, O EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO E CONDIÇÕES MAIS VANTAJOSAS PARA A ADMINISTRAÇÃO, NÃO HAVENDO QUAISQUER ACRÉSCIMOS DE VALORES OU CONDIÇÕES CORRELATAS EM FAVOR DA ADMINISTRAÇÃO E EM RESPEITO E AMPARO LEGAL AO ARTIGO 57 DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERACOES POSTERIORES.
FONTE DE RECURSOS: FPM – RECURSOS PRÓPRIOS.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) DIAS, A CONTAR DA DATA 01/01/2022, FINDANDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022, ALCANÇADOS POR ESTE TERMO ADITIVO.

DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 17/12/2021.

MUNICÍPIO DE ALAGOINHA DO PIAUÍ
Jorismar José da Rocha
Prefeito Municipal

Id:01AB14D31C48E9B0

PREFEITURA DE OEIRAS
Mais trabalho, novas conquistas
selo unicef edição 2017 – 2020

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 151/2021
MODALIDADE: DISPENSA Nº 104/2021
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA SORTEIOS NO IPTU PREMIADO 2021, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE OEIRAS-PI.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS-PI
CONTRATADO: LOJAS DOCE LAR LTDA
CNPJ: 11.061.183/0001-71
ENDEREÇO: Rua Euripedes Martins, nº 436, Centro, Valença do Piauí-PI, CEP: 64.300-000.
VALOR GLOBAL: R$ 7.880,50 (Sete mil, oitocentos e oitenta reais e cinquenta centavos).
FONTE DE RECURSOS: Orçamento Geral do Município de Oeiras-PI/Receitas próprias.
FUNDAMENTAÇÃO: Inciso II, Art. 24 e com as demais disposições da Lei 8.666/93.
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 20 de dezembro de 2021.

OEIRAS (PI), 20 de dezembro de 2021.

José Raimundo de Sá Lopes
Prefeito Municipal

Id:030E5A4B79D2E9AF

PREFEITURA DE OEIRAS
Mais trabalho, novas conquistas
selo unicef edição 2017 – 2020

OEIRAS (PI), 20 de dezembro de 2021.

PROCEDIMENTO DE DISPENSA Nº 104/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA SORTEIOS NO IPTU PREMIADO 2021, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE OEIRAS-PI.

ASSUNTO: Ratificação e celebração de contrato.

Com fulcro no Inciso II, Art. 24 e no Parecer da Assessoria Jurídica deste Município, Ratifico a orientação técnica da Comissão Permanente de Licitações e determino a contratação da **LOJAS DOCE LAR LTDA, CNPJ: 11.061.183/0001-71,** para a aquisição dos citados materiais. O valor global do contrato será de **R$ 7.880,50 (Sete mil, oitocentos e oitenta reais e cinquenta centavos)**, conforme proposta comercial que faz parte deste processo.

Publique-se.

José Raimundo de Sá Lopes
Prefeito Municipal

Id:125256777EC0E9AD

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARANTE
Praça Quincas Castro, 15 – Centro
CNPJ Nº 06.554.802/0001-20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021 – SRP

Aos 26 dias do mês de fevereiro de 2021, a Prefeitura Municipal de Amarante - PI, localizada na Praça Quincas Casstro, nº 15, Centro, nos termos da Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7.892/2013, Decreto Municipal nº 001/2020 e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão para Registro de Preços nº xx/2021, consoante consta do Processo nº 001.000202.006/2021 RESOLVE Contratação de empresa especializada no aquisição de futura e parcelada de urnas e serviços funerários, conforme especificação constante no termo de referência (anexo I), observada as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, a especificação, o preço, os quantitativos e o fornecedor classificado na licitação supracitada, constituindo-se está Ata em documento vinculativo e obrigacional ás partes, à luz da legislação que rege a matéria.:

1.1 DO OBJETO
1.2 Registro de preços para aquisição de urnas e serviços funerários.

(Continua na próxima página)